

Decolonizar museus e patrimônios: breve manifesto

Diego Lemos Ribeiro¹

Elizabete de Castro Mendonça²

Camila A. de Moraes Wichers³

Apresentação

Este dossiê, denominado “Decolonizar Museus e Patrimônios: Teorias e Práticas”, traduz-se como uma tomada de partido. Trata-se de uma provocação ao debate, que é ao mesmo tempo teórico, político, epistêmico e prático. Reveste-se, assim, de um compromisso com a ação, com a práxis que transcende a adoção de um pretense discurso decolonial. Firma-se com esse conjunto de potentes artigos que compõe o dossiê uma estaca no tempo e no

1 Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (MAE-USP), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-UFF) e graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É professor da Universidade Federal de Pelotas desde 2008, onde atua como professor do Curso de Museologia, e docente efetivo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na mesma Universidade. Tem experiência na área de museologia, com enfoque nos processos de musealização do patrimônio arqueológico. Atualmente desenvolve trabalhos e orienta pesquisas na área de gestão e comunicação em museus, notadamente de acervos arqueológicos e etnográficos. E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br

2 Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Economia da Cultural e Gestão Cultural pela Universidad de Valladolid. Mestre e Doutora em Artes Visuais - com ênfase na linha de pesquisa Imagem e Cultura - pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é Professora Associada IV, com dedicação exclusiva, do Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM/UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/UNIRIO-MAST). Tem experiência na área de Museologia, principalmente sobre temas relacionados à Musealização; Gestão do Patrimônio Cultural; Gestão de Coleções; Documentação em Museus; Museu; Conhecimentos Tradicionais e Patrimônio Imaterial. E-mail: elizabete.mendonca@unirio.br

3 Mestre e doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), bem como doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. Docente Adjunta na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG), no Bacharelado em Museologia e como docente permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFG). Tem interesse na área de teoria e comunicação museológica; musealização da arqueologia; crítica feminista da ciência; representação nos discursos museais e patrimoniais; coleções indígenas e interculturalidade. E-mail: camila.wichers@gmail.com

espaço, cujo desafio coletivo é demarcar a relevância de um movimento amplo que está em curso, que tem como norte os processos de decolonização de museus e patrimônios. Mais do que isso: é um potente condutor que retira as subalternidades da periferia e as empurra para o centro.

A origem dos museus no Ocidente deixou como legado os rastros de uma epistemologia da colonialidade. Ainda que as epistemes ocidentais modernas sejam relativamente recentes, se comparadas àquelas dos povos originários e tradicionais, parece-nos inequívoco que os museus e os patrimônios permanecem expatriando conhecimentos milenares nos processos de classificação, explicação e nomeação das “coisas” que orbitam esses espaços. Por outros termos, museus e patrimônios ainda se constituem como sistemas de crença fortemente orientados pelo colonialismo, em que o conhecimento é operado e sistematizado de forma descolada de outras epistemes e pressupostos ontológicos possíveis. No mesmo compasso, os processos eminentemente aplicados de seleção, regimes de valoração, documentação e comunicação revelam não apenas a vontade de deslocar e reenquadrar bens culturais musealizados e patrimonializados, mas, sobretudo, o intento de domesticar culturas.

É necessário o respeito aos questionamentos e pressões de grupos sociais que pautam a urgência pela interrupção deste ciclo, que tem como origem os rastros deixados pela modernidade. Esta mesma modernidade que forjou os museus e os patrimônios no ocidente, guiada por uma epistemologia colonizadora e devoradora do “outro”. É preciso dar tónus ao “giro decolonial” (Castro-Goméz; Grosfoguel, 2007), que traz à cena posturas críticas sobre a constituição de subalternidades nesses espaços e processos, o que tem estimulado uma profunda revisão dos campos museológico e patrimonial. É necessário reconectar museus e patrimônios às cosmologias nativas, às complexas dinâmicas culturais que deram origem às coisas que habitam esses espaços patrimoniais. Ao fazê-lo, almeja-se que museus, acervos e patrimônios deixem de aludir ao espírito do Estado ou a grupos dominantes, uma vez que é mais útil pensá-los como um estado de espírito.

O processo de decolonização em curso, em suas dimensões epistêmicas e práticas, pode ter como ponto de inflexão os seguintes questionamentos: como essas “coisas” vieram parar nos museus ou foram institucionalizadas como patrimônios? De quem são essas “coisas”? Quem opera sobre os discursos e os processos de musealização/patrimonialização? Qual é o destino esperado para essas “coisas” e quem se beneficia com isso? Entretanto, como aponta Brulon Soares (2020), a museologia ainda opera dentro de modelos normativos de classificação e interpretação dos objetos. Em muitos casos, os processos de musealização são protocolares e descritivos, criando um modelo de museu que se traduz em uma episteme homogeneizante, como se não houvesse outras formas de organizar o conhecimento; ao menos não de maneira que mereça atenção. Neste sentido, repensar os museus e os patrimônios de uma mirada decolonial é, portanto, um empreendimento complexo; requer desafiar não apenas os regimes de colonialidade que os formataram, mas, igualmente, reimaginar os papéis e propósitos dessas instituições no contemporâneo, na teoria e na prática.

Importa também ressaltar que os passos dados rumo à decolonização dos museus vêm de longe: os rastros desses passos estão em caminhos diversos, mas que têm em comum a busca por picadas de fuga do museu como instituição colonizadora. O movimento por uma nova museologia, a museologia social, a museologia comunitária e outras museologias adjetivadas revelam uma busca por uma transformação epistêmica nos museus, nos processos de musealização, patrimonialização e no campo mnemônico em largo espectro (Moraes Wichers, 2023). A emergência dos estudos culturais, do pensamento pós-colonial e, na América Latina, do giro decolonial, trouxe à cena posturas críticas que têm estimulado, ainda mais profundamente, a revisão dos campos museológico e patrimonial.

De um lado, temos a contundente constatação elaborada recentemente por Vergès (2023, p. 24–25): o museu universal é uma “armadilha ideológica”, um elemento de “gentrificação social”, atravessado por lutas de classe, gênero e raça, culturais e ideológicas; “uma instituição que abriga restos mortais, objetos roubados, saqueados ou adquiridos de forma desonesta, privando povos e

comunidades de seu luto e de suas riquezas”. Nessa linha de raciocínio, autores como Espinosa-Miñoso (2020, p. 7), afirmam que “o ato de abrir as portas do museu aos condenados do mundo não é suficiente”, uma vez que a tarefa central consistiria em questionar a própria existência do campo como espaço separado da vida. De outro lado, temos a compreensão de que se o museu é um mecanismo de visibilidade e um dispositivo, como tal, pode ser remodelado. O museu e o campo museológico podem ser colocados sob rasura (Hall, 2014), fissurados (Segato, 2012) e transformados a partir de uma tomada de partido dos agentes que os constituem.

Entre os enunciados indicados situam-se os artigos que compõem este dossiê. Dentre tantos outros escritos que têm despontado na contemporaneidade, inspiram essa tomada de partido a que nos referimos. Conforme aponta Mignolo (2019), e isso é crucial, não pode haver um único “plano diretor decolonial”, isso seria excessivamente moderno, eurocêntrico e limitado. Dessa feita, os caminhos são múltiplos. Podemos, de forma geral, organizar os textos aqui reunidos em quatro conjuntos amplos, não excludentes.

Um primeiro conjunto é marcado por discussões epistemológicas sobre a relevância da decolonialidade como uma ferramenta para questionar e transformar uma “matriz patrimonial de poder”, conforme indicam Adson Rodrigo Silva Pinheiro e Janaildo Soares de Sousa. Destaca-se nesse conjunto a urgência para que “a decolonialidade na Museologia se manifeste como compromisso em vez de performance discursiva”, conforme expresso de forma incisiva no artigo de Juliana Siqueira. As convergências entre as teorias críticas decoloniais e a “escola de pensamento da Sociomuseologia” são examinadas por Átila Tolentino. Ainda nesse primeiro conjunto, Karla Kamylla Passos dos Santos examina as práticas decoloniais a partir da educação nos museus, ao fazer uma criteriosa radiografia do educativo dos museus do Ibram. A acessibilidade em museus, por sua vez, é trazida por Carla Grião da Silva Bernardino à luz das perspectivas decoloniais, resultando em críticas a “orientações manualescas” que acabam por reforçar o capacitismo próprio dos argumentos da modernidade/ colonialidade.

As discussões sobre restituição e repatriação são as mais comuns no campo da decolonização dos museus em contextos da Europa e da África (Brulon Soares; Witcomb, 2023). Esses debates, em especial, no âmbito digital, compõem um segundo conjunto de textos do presente dossiê. Kátia Silene Souza de Brito, Clovis Carvalho Britto e Deborah Silva Santos traçam como hipótese que a restituição digital consiste em um “entre-lugar que tem a potencialidade de ser, ao mesmo tempo, causa e efeito de um giro decolonial”. Os desafios colocados pelo sistema-mundo moderno/colonial são traçados pelo/as autor/as, bem como no texto de Karine Lima da Costa e de Kimberly Terrany Alves Pires, que enfatizam a análise de casos de repatriações virtuais, no contexto nacional e internacional.

Um terceiro conjunto de artigos evidencia a crescente interlocução entre museus, processos de musealização e povos indígenas no Brasil. Trata-se de um percurso trilhado há décadas, mas que tem sido cada vez mais problematizado e aprimorado na cenário atual. Julia Nolasco de Moraes, Bruna Pinto Monteiro e Carolina de Oliveira Silva discutem os processos de participação em exposições de autoridade compartilhada, explorando a exposição “Íandé: aqui estávamos, aqui estamos”, no Museu Histórico Nacional, envolvendo “(des)encontros, controvérsias e inovações que emergiram dessa experiência e tensionaram as práticas institucionais, impondo novas relações, fluxos e soluções criativas ao museu”. Por seu turno, o texto de Bruna Marina Portela, Renata Simone Domit, Sady Pereira do Carmo Junior e Victor Hugo Oliveira Silva abordam a transferência de uma coleção, chamada Ygá-Miri, entre instituições paranaenses, envolvendo uma cerimônia xamânica realizada pelos Avá-Guarani e evidenciando os desafios para a decolonização da burocracia institucional. Completando esse conjunto temos a experiência da musealização das referências culturais indígenas no Museu do Vale do Arinos (MUVA), inserido Amazônia mato-grossense, em artigo elaborado por Saulo Augusto de Moraes, Renato Fonseca de Arruda, Jairo Luís Fleck Falcão, Kawayp-Katu Kayabi, Marcelo Manhuari Munduruku, Evanilson Crixí Morimã, Dineva Maria Kayabi, Francine Suélen Assis Leite e Márcio Ferreira Rangel.

As relações entre memória e território na constituição de discursos hegemônicos, por meio da homogeneização, expulsão e extinção das experiências do “Outro”, bem como as resistências a esses processos de controle e a potencialidade de reversibilidade de memórias soterradas pela colonialidade permeiam um último conjunto de textos. São estudos que desvelam as marcas da escravidão atlântica, a ferida colonial e suas cicatrizes, mas também a construção de marcos de visibilidade no espaço e de percursos de resistência, como os artigos de Desirree dos Reis Santos, Elizabete de Castro Mendonça e Monica Lima e Souza e de Roberta Madeira de Melo, Elza Viera da Rosa e Zita Rosane Possamai. Por sua vez, os estudos de Olivia Silva Nery e Vanessa Ávila Costa, e de Nathalia Vieira Ribeiro e Carla Rodrigues Gastaud, se debruçam nas imbricações entre a colonialidade e as memórias erigidas como oficiais nos municípios de Rio Grande e Pelotas, respectivamente. Os artigos investem também na constituição de processos contra-coloniais que atuem nas brechas do discurso hegemônico.

Alejandra Saladino defende a articulação entre Arqueologia e Museologia para a criação e comunicação de narrativas sobre a relação entre memória e espaço, tomando como exemplo episódios que moldaram a paisagem do Rio de Janeiro observados a partir do Museu Histórico Nacional. As “emoções patrimoniais” enquanto componentes da musealidade de objetos recuperados das ruínas de Bento Rodrigues, após o rompimento da barragem do Fundão, compõem a centralidade do texto de André Fabrício Silva, inserindo-se na discussão acerca das relações entre memória e território em processos resilientes e resistentes diante das mazelas da colonialidade, em sua tradução contemporânea neoliberal. O território também aparece como central para a continuidade de saberes e fazeres como a “canoa de um pau só”, foco do artigo de Luciano Pereira da Silva e Manuela Areias Costa. A intrínseca relação entre meio ambiente, território e patrimônio cultural de povos indígenas e pescadores tradicionais do Pantanal brasileiro, coloca-se como cerne para a salvaguarda desse bem do pantanal brasileiro.

Os textos, em sua pluralidade, demonstram que se por um lado o museu-instituição tem seu fundamento epistêmico e sua razão de ser na lógica colonial

(Cocotle, 2019), o que seria uma contradição com as ações pretensamente decoloniais; por outro lado, o museu-dispositivo, assim como os processos de musealização e patrimonialização, podem ser espaços disruptivos, de luta e negociação. A partir desta premissa, manifestamos algumas possibilidades de caminhos que se colocam no horizonte da epistemologia decolonial, conforme segue:

- I. Reorientar criticamente a forma como ordenamos e atribuímos sentido às coisas;
- II. Quebrar as hierarquias de conhecimento e acolher narrativas insurgentes, que são fruto de modelos não modernos;
- III. Abrir os acervos e patrimônios para outras epistemes;
- IV. Repensar a ontologia das coisas;
- V. Repensar as nossas práticas museais e patrimoniais;
- VI. Reorientar os processos de gestão do patrimônio, institucionalmente;
- VII. Ocupar os espaços de poder e de tomada de decisões.

Estas possibilidades de caminhos devem ser pautadas pelo questionamento sobre a neutralidade do discurso da Justiça de Transição⁴ e sobre as distintas experiências políticas e de lutas por justiça histórica frente às práxis museais e patrimoniais. Estas pautas permitem redirecionar a abordagem dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais à memória social dos sujeitos silenciados que as detém. Significa, portanto, que a atitude decolonial em museus e instâncias de patrimonialização governamentais, como afirma Chuva (2020, p. 32),

“deve ser capaz de produzir estranhamentos, a [...] si próprio, e sobre o que o rodeia, em qualquer direção, questionando os agentes autorizados a definir o valor de patrimônio; os valores e significados essencializados que fazem uma cortina de fumaça nos processos vividos; os modos como se

4 Como destaca McArthur (2012, p.78), compreende-se Justiça de Transição como “os processos e mecanismos, jurídicos ou não, por meio dos quais uma sociedade procura superar o legado de um passado marcado por violações e abusos de direitos humanos em larga escala, guiada pela busca de justiça na transição para a paz e democracia”. No entanto, a mesma autora destaca, “o fato de que a transição, neste contexto, pode-se dar em diferentes sentidos ou direções, não necessariamente exigindo uma mudança formal de regime ou uma realidade pós-conflito”.

conectam com a gestão da sua proteção e salvaguarda ou as contradições dessa gestão. Para tanto é preciso deslocar-se; suportar o desconforto e também provocá-lo; desconstruir temporalidades estanques; identificar anacronismos; tornar passados presentes; criar meios para múltiplas histórias existirem e se confrontarem; encontrar sujeitos onde antes só se enxergavam objetos”.

Este é também um exercício de rompimento com o domínio de conhecimento centrado nos profissionais de museus e do patrimônio cultural. É trazer à superfície a premissa do compartilhamento de saberes (sejam eles acadêmicos, técnicos, da experiência⁵ ou transformadores⁶), permitindo vislumbrar outras formas de interpretação, de gestão e de preservação possíveis com base em narrativas multivocais, antes mesmo de falar qual é o melhor destino para os acervos e patrimônios. É a compreensão de que os domínios epistêmico e conceitual não devem se sobrepor ao domínio social de práticas que indicam o processo negociado e coletivo da construção de conhecimento.

Neste sentido, cabe destacar que as noções de objeto, acervo, patrimônio cultural e museu não são universais. Precisa-se assumir que as cosmologias as quais recorreremos não são compartilhadas por todos os segmentos sociais e povos. Isto considerado, numa perspectiva decolonial, antes de atribuir nome e sentido à coisa, faz-se útil o exercício de compreender o que essas coisas são a partir do ponto de vista do sujeito que detém o saber – que, por sua vez, deriva-se da experiência atinente ao bem cultural, no tempo e no espaço vividos. Talvez, e isto merece destaque, essas materialidades sejam “vivas” e dotadas de “alma” em seu contexto originário ou relacional e, se esta premissa for verdadeira, deve-se pensar em formas atípicas de preservação – inclui-se nesse escopo a aplicação de políticas de restituição ou de repatriação. Por este ângulo, do ponto de vista ontológico, para o contexto da representação de conhecimento e da recuperação de informação, nos contornos museais e

5 Conhecimento da Experiência é o conhecimento que as cidadãs e os cidadãos constroem ao longo do tempo a partir das suas experiências cotidianas (Querol et al., 2020, p. 31).

6 Saberes Transformadores resultam da partilha de saberes (acadêmicos e da experiência), que acontece através do uso de práticas participativas, cuja permeabilidade permite aceder a diferentes modos de construir o conhecimento (Miguel, 2016, p. 226).

patrimoniais, abre-se uma constelação de possíveis interpretações, significados e projeções de destinos para essas coisas.

Para tal fim, os museus devem se rever como espaços de *advocacy*, ou seja, do exercício da prática ativa de cidadania que se caracteriza pela argumentação e defesa de causas e direitos na luta por ações dentro do campo das políticas públicas e outros espaços de ação que se refletem no campo social e econômico. Não se trata de conscientização, mas de valorização ativa da participação plena⁷ e multivocal nos processos que priorizem, como afirma Mendonça (2020, p. 199), “o reconhecimento, o fortalecimento e a garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, bem como o estímulo para protagonismo e autogestão”. É necessário, inclusive, formar equipes, estabelecendo uma efetiva relação de trabalho, por exemplo com lideranças, ativistas, movimentos sociais, no curso desses processos, e não apenas a participação/colaboração na figura de pessoas convidadas. Assim, o que se propõe neste dossiê é, por meio de um trabalho coletivo, apresentar artigos que buscam uma forma menos “domesticadora” de analisar os processos de musealização e patrimonialização. É, portanto, um movimento retroalimentado entre a desordem epistêmica e a tradução dessa nova ordem nesses processos.

Referências bibliográficas

BRULON SOARES, Bruno César. Descolonizar o pensamento museológico: - R reintegrando a matéria para repensar os museus. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 28, e. 1, 2020, p. 1-30, 2020.

BRULON SOARES, Bruno César; WITCOMB Andrea. Editorial: Towards Decolonisation. Museum International, 74: 3-4, 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon. “Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 9-24, 2007.

7 Querol et al (2020), estabelece uma Escala de Participação Cidadã no domínio do patrimônio cultural. Nesta escala, participação plena é o último nível e denominada “Participação Emancipadora” que se caracteriza pela comunicação multivocal e avaliação regular com vista a tomada de decisões coletivas e a produção de benefícios socialmente transformadores.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020, p. 16-35. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18305.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

COCOTLE, Brenda Caro. Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea. São Paulo: MASP, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. São Paulo: MASP, 2020. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-Giqs0qaSQ1sxGgwyd11C.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

HALL, Stuart. 2014. Quem precisa de identidade? In: SILVA Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais Petrópolis: Vozes, 2014, p. 103- 133.

MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: O caso Brasileiro. In: Revista anistia política e justiça de transição. n. 7, jan./jun. 2012, Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 78-107. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33108.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 9(18), 2020, p. 177–208. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34749/27845>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. São Paulo: MASP, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MIGUEL, Ana Flávia. Skopeologias: músicas e saberes sensíveis na construção partilhada do conhecimento. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, 2016.

MORAES WICHES, Camila A. Museologias, teorias e tensões políticas - Museus Indígenas e Contra-Museologia In: BRITTO, Rosangela; MELO, Diogo; GOMES, Luzia; POLARO, João (orgs). Outras narrativas sobre museus: contribuição da Amazônia Paraense para os debates sobre a nova definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM).1 ed. Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes/UFPA, v.1, p. 97-105, 2023.

QUEROL, Lorena Sancho; MENDONÇA, Elizabete de Castro; MIGUEL, Ana Flávia. A participação cidadã nos processos de inventariação do Patrimônio Cultural Imaterial: casos de Brasil e de Portugal. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2019, p. 21-51. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/51163/33900>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-Cadernos Ces 18, Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 2012, p.105 -131.

VERGÈS, Françoise. Decolonizar o museu – Programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu, 2023.